
Ata nº 80 / XIII / 2.ª SL

Aos dezoito dias do mês de abril de 2017, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1.ª Parte

Audição do Sr. Embaixador de Portugal em Roma, Francisco Ribeiro Telles

2.ª Parte

1. Informações gerais

2. Proposta de Resolução n.º 47| XIII| 2.ª [Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru para a Proteção, Conservação, Recuperação e Devolução de Bens Culturais, Paleontológicos, Arqueológicos, Artísticos e Históricos, Furtados, Roubados e Ilicitamente Exportados ou Transferidos, assinado em Lisboa, em 19 de novembro de 2012](#)

3. Proposta de Resolução n.º 48| XIII| 2.ª [Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da África do Sul sobre Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em Durban em 28 de agosto de 2015](#)

4. Apreciação e votação do parecer do relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativo ao Plano de Ação Europeu no Domínio da Defesa **COM (2016) 950**

5. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias escrutinadas pela CAE

✓ **COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Elementos para uma estratégia da UE para a Síria **JOIN (2017) 11****

Deputado relator: PSD

6. Distribuição e nomeação do autor do Parecer do Relatório Portugal na União Europeia - 2016

Deputado Relator: PS

7. Aprovação de atas

- Ata n.º 75, de 29 de março;
- Ata n.º 77, de 5 de abril;
- Ata n.º 78, de 6 de abril.

8. Outros Assuntos

1.ª Parte

Dirigida pelo Presidente da Comissão, Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, a sessão iniciou-se com a audição do Senhor Embaixador de Portugal em Roma, Francisco Ribeiro Telles, a quem foram prestadas as boas vindas e explicada a metodologia da audição.

Na sua intervenção inicial, o Senhor Embaixador, após agradecer a oportunidade, explicou que ocupa o presente posto há cerca de seis meses. Entende que a realidade política italiana, em concreto, é passível de mudanças muito rápidas, potenciadas pela forte fragmentação política existente, nomeadamente no centro-esquerda, embora a direita esteja também dividida. Neste momento, o partido mais popular aparenta ser o “5 Estrelas”. Previstas para fevereiro de 2018, não espera grandes resultados das próximas eleições legislativas, em termos de formação de maiorias, até pelo facto de o sistema italiano não as potenciar.

Analisando a vertente económica, referiu que a Itália é o país da União que menos cresce, possui uma taxa de desemprego cifrada nos 12%, com o desemprego jovem a ascender aos 37%, possuindo uma dívida pública que já ultrapassa os 132%. Os italianos pensam que a União peca por falta de solidariedade, quer pelo facto de o Euro estar desenhado à imagem do interesse da Alemanha, quer no concernente à questão dos refugiados no Mediterrâneo. É igualmente sensível aos italianos, segundo referiu, a existência de uma certa campanha europeia conducente à exclusão do país da zona euro. Presentemente, estimou existirem em Itália cerca de 4,5 milhões de cidadãos em

absoluta pobreza. Sublinhou também a existência de uma grave crise do setor bancário italiano, pior que a portuguesa.

No relacionamento bilateral, ambos os países partilham visões semelhantes relativamente aos principais problemas da União e de pontos de vista quanto ao futuro do projeto europeu. Portugal é o sétimo cliente e o 4.º fornecedor de Itália, embora a balança comercial seja favorável a este país. Portugal pode complementar a oferta tradicional italiana, principalmente no norte. Só muito recentemente os empresários italianos começaram a manifestar algum interesse pelo conhecimento da situação política e económica portuguesa, falando-se de possíveis deslocalizações para Portugal de empresas italianas, dada a maior estabilidade política portuguesa e os custos de mão-de-obra mais baixos. O turismo italiano para Portugal cresceu no último ano cerca de 20%. Existe um forte intercâmbio de discentes entre academias.

É difícil estimar o número de portugueses a residir atualmente em Itália, dada a dispersão territorial da comunidade, a volatilidade dos fluxos de estudantes e a falta de habitualidade nos registos consulares, apontando, porém, para cerca de 13 a 14 mil o número de cidadãos nacionais sediados naquele país. Sublinhou que a Itália não aceita o cartão de Cidadão como documento identificativo, exigindo o passaporte.

Relembrou o Senhor Embaixador, ainda, que apresentou recentemente credenciais diplomáticas em Malta, embora sem residência. Salientou a ocorrência neste país de um forte crescimento recente da comunidade portuguesa que num curto espaço passou de 50 para cerca de 700 pessoas, na sua maioria a trabalhar em empresas do setor dos serviços digitais, mormente em plataformas de jogos de apostas e similares, lembrando o favorecimento que o regime fiscal maltês propicia a tais atividades.

Sinalizou, ainda, o pedido da Senhora Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade com Portugal, no Parlamento italiano, Deputada Maria Graza Gatti, no sentido de desejar aprofundar o relacionamento parlamentar bilateral, estando aberta à preparação de uma agenda comum de trabalho e de uma visita de parlamentares portugueses àquele país.

Concedida a palavra aos diferentes Grupos Parlamentares, interveio pelo **PSD** o Senhor **Deputado José Cesário**, tendo começado por saudar a presença de tão distinta personalidade da diplomacia portuguesa. Deixou as seguintes questões:

Se o sentimento de revolta italiano tem a ver apenas com a questão do Euro ou se se estende ao próprio projeto europeu, e se tal sentimento é comum a todas as regiões de Itália;

Se entende haver necessidade de reabrir o Consulado de Milão, encerrado em 2008, e se as respetivas necessidades são resolúveis por via de permanências consulares ou carecem de solução de maior permanência;

Quantos dos refugiados entrados na União por Itália aqui permanecem, e para onde se dirigem preferencialmente;

Que virtualidades observa e que papel pode desempenhar futuramente o Instituto Português de Santo António, em Roma?

Respondeu o Senhor Embaixador, por dados a que acedeu, que 57% dos italianos acham o euro mau e que cerca de 47% questionam a integração da Itália no sistema. Existe um enorme descontentamento, potenciado pelo facto de a Itália ter sido dos países europeus que mais defendeu o aprofundamento do projeto.

Com o encerramento do consulado de Milão, saiu igualmente o delegado da Agência para o Investimento e Comércio Externo Português (AICEP). Existem presentemente em Itália 12 consulados honorários, sendo que o de Milão tem feito um excelente trabalho.

Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos** (PS), começando por afirmar a importância de manter em Milão um delegado da AICEP. Perguntou:

Relembrando ter sido o Senhor Embaixador Ribeiro Telles, em 2013, agraciado “Diplomata Económico do Ano”, apelou aos seus espaciais conhecimentos para saber como pretende a Embaixada trabalhar o desenvolvimento das relações económicas bilaterais e que áreas se antevêm com maior potencial de aprofundamento;

No respeitante às migrações, sabendo que, apesar da enorme pressão, as condições de resposta ao fluxo de refugiados são hoje muito superiores às do início do problema, que impacto pensa que poderia vir a ter nesta matéria uma vitória eleitoral do “5 Estrelas”, e se a comunidade portuguesa pode lateralmente sofrer eventuais impactos negativos. Questionou, finalmente, como está a Itália a enfrentar a crise bancária.

Respondendo, o Senhor Embaixador identificou as áreas da comunicação digital e do ambiente, como áreas de grande potencial e interesse para Itália, tendo reforçado a

ideia de que os italianos não conhecem a realidade portuguesa atual e qual o seu potencial. Salientou a enorme relevância da realização de missões empresariais a Milão, aspeto já abordado com a Confederação Industrial Portuguesa, tendo identificado o caso do mobiliário e calçado, onde Portugal tem marcado pontos em feiras milanesas, com reflexos nas exportações para mercados emergentes.

Relativamente às consequências do reforço político-eleitoral do “5 Estrelas”, referiu ser uma incógnita, pois se em Roma a experiência não tem sido a melhor nos últimos 3 anos, tem sido, porém, bem melhor no caso de Turim. Não existe homogeneidade de projeto político associado a este partido, o que seria até difícil, por não se tratar de uma proposta político-programática nem ideológica, antes, pelo populismo.

Interveio seguidamente, em nome do BE, o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares**, saudando, em nome do seu Grupo Parlamentar, a presença do Senhor Embaixador na Comissão. Manifestou preocupação pelo facto de em Itália, apenas Matteo Renzi defender a permanência de Itália no Euro, sendo que um eventual abandono da moeda única por parte deste país afetaria gravemente Portugal. Perguntou, depois, se para além dos salários baixos, foram identificados pelas fontes italianas alguns outros atributos da economia portuguesa, capazes de motivar o investimento italiano. Questionou sobre a existência de centros comuns de investigação e excelência tecnológica. Acerca da comunidade portuguesa, questionou sobre se existem avaliações do intercâmbio e fluxo de jovens estudantes entre ambos os países. Finalmente e sobre a banca italiana, tendo em conta que a Itália tem vindo a desenvolver junto do Banco Central Europeu alguns mecanismos tendentes a resolver os denominados “créditos de risco”, quis saber se já existem consequências para a economia italiana, e, caso tenham existido, em que medida podem tais soluções aproveitar ao caso português.

Respondeu o Senhor Embaixador que os créditos de risco no setor bancário italiano representam cerca de 17%, sendo que $\frac{1}{4}$ do malparado está em mãos italianas. Os bancos Monte Paschi e Venetto apresentam os piores rácios, sendo que o primeiro destes ocupou o último lugar dos testes de *stress* ao sistema bancário europeu efetuado no final do ano transato. Tecnicamente, a questão está a ser discutida triangularmente, i.e., entre a Itália, o Banco Central Europeu e a União, embora se avancem medidas como a redução de funcionários e de filiais dos bancos, a recapitalização dos mesmos e a criação de um “banco mau”. Relativamente às intenções de investimento italiano em

Portugal, alguns empresários locais apenas questionaram tal hipótese à luz, objetivamente, dos baixos custos laborais, o que não quer dizer que não possam existir outras motivações, para além desta. Relativamente à estrutura da comunidade portuguesa, indicou ser constituída, aproximadamente, por 35% de estudantes, 10% de religiosos, 10% de militares, e os restantes com profissões variadas.

Interveio o Senhor Presidente para clarificar se os obstáculos colocados pela União na recapitalização dos bancos têm a ver com a ilegalidade da injeção de capital público, o que foi confirmado pelo Senhor Embaixador.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para saudar a presença do Senhor Embaixador e partilhar a preocupação deste com a situação dos refugiados e da imposição a Itália das regras fiscais europeias. Perguntou: se o resultado das próximas eleições, quaisquer que venham a ser, podem vir a influenciar a participação de Itália no projeto europeu; como poderá vir a ser invertida ou, pelo menos, mais equilibrada, a balança comercial bilateral; se já existem missões comerciais planeadas para 2017; se já existe um balanço da integração do português no plano curricular italiano; e, finalmente, se existe planos para a abertura de um Consulado ou Embaixada em Malta.

Em resposta, referiu o Senhor Embaixador que as autoridades maltesas não reagiram bem ao encerramento da representação diplomática portuguesa, dadas as ligações históricas existentes, tendo informado que Portugal colocou um diplomata em La Valetta durante a presidência maltesa da União, tendo já sido proposta a sua continuação. Referiu, ainda, ser absolutamente prioritário restabelecer voos diretos para Malta. Referiu que o delegado da AICEP está sediado em Milão e é adido económico e comercial da Embaixada. A eventual saída do euro, mediante referendo, dependeria de revisão constitucional, dado que, presentemente, não é possível referendar Tratados. Olhando ao sistema político italiano, é muito mais fácil para o Senhor Renzi reunir condições para promover coligações, por mais frágeis que sejam, do que alguma vez poderá conseguir o “5 Estrelas”.

Interveio a Senhora **Deputada Rita Rato (PCP)** que cumprimentou o convidado, em nome do seu Grupo Parlamentar. Manifestou a sua preocupação relativamente ao avanço dos populismos e da extrema-direita italiana, mormente no norte do país, e ao descontentamento das populações face ao projeto europeu e ao progresso e desenvolvimento dos países do sul da Europa. Relembrou que o encerramento da

representação diplomática portuguesa em Malta foi, juntamente com outros seis casos idênticos, decisão do então Ministro dos Negócios estrangeiros, Paulo Portas, pelo que estranhou a questão colocada pelo CDS. Salientou que, na cultura, as academias italiana e portuguesa possuem ligações fortes, tendo perguntado se já existem dados suficientes para uma avaliação estatística desta colaboração.

Respondeu o Senhor Embaixador que existe um cônsul Honorário na cidade de Milão. Quanto ao movimento “5 Estrelas” referiu possuir maior apoio no sul do país, refletindo o descontentamento das populações quer quanto ao andamento da europa, quer relativamente ao problema dos refugiados. É constatável na academia italiana uma certa apetência pela língua portuguesa, existindo onze cátedras e ensino do português em dezassete universidades, tendo aumentado em 14% o número de estudantes italianos a aprender português. Porém, existem universidades italianas que, alegadamente, não estão a cumprir o anteriormente acordado com o Instituto Camões no presente domínio.

Tomou a palavra o Senhor Presidente para salientar que as dificuldades sentidas em Itália são importantes para a realidade portuguesa, dada a similitude das deficiências sistémicas e a forma como se manifestam. Questionou se existe debate público com intervenientes qualificados, acerca da questão do euro.

Respondeu o Senhor Embaixador que, de facto, os problemas são os mesmos e que o crescimento previsto para o corrente ano é de 1,1%. O debate existe, embora existam “várias Itálias” dentro de Itália, originando diferentes níveis de profundidade do debate e uma grande variedade de intervenientes.

Iniciada a 2.^a Ronda de intervenções, tomaram a palavra os Senhores Deputados que seguidamente se identificam, tendo formulado as seguintes questões:

O Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**, sobre de que forma é feita a representação da Diáspora italiana no respetivo Parlamento;

O Senhor **Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP)**, voltando à questão do balanço relativamente ao ensino do português, e para saber se existem falta de pessoal na Embaixada e se o horário semanal das 35 horas está a ser aplicado;

A Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, para saber de que forma foi recebido em Itália o Livro Branco sobre a Europa, designadamente quanto ao avanço económico a diferentes velocidades, e ainda, para perguntar se existem já alguns ecos relativamente à realização recente da Cimeira dos países do sul;

A Senhora **Deputada Rita Rato (PCP)** para referir que o PCP sempre defendeu a existência de uma rede diplomática externa capaz de assegurar a representação oficial portuguesa no exterior, e perguntar se o número de trabalhadores na Embaixada é o suficiente.

Respondendo conjuntamente a todas as questões, referiu o Senhor Embaixador que o pessoal ao serviço na Embaixada subiu de número e é suficiente, notando-se, porventura e apenas, a falta de um adido cultural que deixou de existir, com a saída do malogrado Dr. Paulo Cunha e Silva. Opinou no sentido de que a “Europa a duas velocidades” parece ser uma inevitabilidade que a economia italiana está bastante frágil, salientando que se a Itália abandonar o euro, acabarão por sair todos os países que o integram, incluindo Portugal, caso em que se auguraria o fim da própria União.

O Senhor Presidente despediu-se do convidado, agradecendo a sua presença, tendo-o acompanhado à saída, para cujo efeito a sessão foi interrompida por 10 minutos.

2.ª Parte

Retomada a sessão, presidida pelo Senhor Presidente, começou este por dar as boas vindas a todos os Senhores Deputados, seguindo para a abordagem do **Ponto 1**. da OD, informando que a equipa da 2.ª CNECP foi reforçada com uma nova colaboradora, a Dra. Anabela António, jurista de profissão, tendo-lhe desejado as boas-vindas.

Prosseguiu fazendo um ponto de situação sobre as datas das audições pedidas pelos Requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS. Referiu que a audição da Senhora Ministra da Justiça foi agendada para o dia 16 de maio de 2017, pelas 15h30, a audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiro, por acordo do CDS, será agendada em data posterior, a audição do Senhor Embaixador de Portugal em Caracas está a aguardar agendamento e, finalmente, a audição do Senhor Embaixador da Venezuela em Portugal, tem o agendamento dificultado pelo facto de a Comissão não ter poder para o convocar, apenas podendo convidá-lo, sendo que, ele acederá se assim o entender e, finalmente, a audição da Senhora Embaixadora de Portugal em Ancara para dia 2 de maio de 2017, pelas 15h00, mas existindo uma sobreposição de agendas entre aquela e as jornadas parlamentares do CDS, foi posto à consideração dos Senhores Deputados a escolha de uma data que seja adequada às

agendas de todos os grupos parlamentares, ficando a audição a aguardar agendamento [5 de maio pelas 14.30].

Em seguida, fez referência ao Projeto de Resolução 775/XIII/2.^a que “Recomenda ao Governo uma atuação firme, ativa e global na defesa da liberdade religiosa”, apresentado pelo grupo parlamentar do CDS que baixou à Baixa à 1.^a CACDLG mas tem conexão com a 2.^a CNECP.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para referir que não é evidente a conexão do Projeto de Resolução com as atribuições da 2.^a CNECP, sendo a liberdade religiosa uma matéria do âmbito dos direitos, liberdades e garantias e inscrita na Constituição da República Portuguesa. Esta matéria constitui um dos primeiros e primordiais direitos, sendo difícil entrever qual a sua conexão com as atribuições da 2.^a CNECP, existindo uma incompetência absoluta, pelo que, não pode a 2.^a CNECP pronunciar-se sobre esta matéria.

Interveio seguidamente, em nome do PCP, a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, referindo que este Projeto de Resolução estava agendado para o dia 21 de maio de 2017, para ser discutido em Plenário, sendo impossível em tempo útil a 2.^a CNECP pronunciar-se sobre ele, ao que acresce o facto de, se tratar de uma matéria da 1 - CACDLG, pois diz respeito aos direitos humanos e seria nessa qualidade que poderia ser discutida na 2.^a CNECP.

O Senhor **Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP)** esclareceu que não via inconveniente em que o Projeto de Resolução fosse escrutinado na 1.^a CACDLG, conforme sugestão do Senhor Presidente, dada a impossibilidade de em tempo útil aquele ser efetuado pela 2.^a CNECP.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para referir que teria todo o gosto em discutir a matéria constante do Projeto de Resolução, mas entende não existir uma conexão evidente com as atribuições da 2.^a CNECP. Se essa conexão for estabelecida, apesar de já não poder ser discutido em tempo útil, faria sentido intervir e teria todo o gosto na sua discussão, de uma forma concreta, sugerindo um agendamento futuro daquela matéria na ordem de trabalhos.

A pedido da Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)**, por questões de agenda, foi antecipada a apresentação do Relatório da “COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativo ao Plano de Ação Europeu no Domínio da Defesa **COM (2016) 950**”, o qual constava do **Ponto 4.** da OD.

A Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)** agradeceu aos Senhores Deputados Relatores por acederem à troca efetuada na OD e deu início à apresentação do Relatório. Fez referência ao facto de a Comunicação resultar de um discurso proferido pelo Senhor Presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker sobre o Estado da União no qual referiu existir a necessidade de a Europa se proteger e assumir um papel mais interventivo na sua segurança, sendo necessário um maior investimento na sua capacidade de defesa. Nessa medida, uma defesa europeia mais forte implica o investimento e manutenção por parte dos Estados-membros de toda uma gama de capacidades terrestres, aéreas, espaciais e marítimas. A estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia identifica vários domínios prioritários de investimento em termos de capacitação de defesa, tais como, abordagens colaborativas e capacidades militares de topo de gama diferentes. Fez referência a um Mercado de defesa fragmentado devendo ser feita, nomeadamente, uma utilização mais eficiente dos dinheiros públicos, redução das duplicações, entre outros. No âmbito deste cenário, referiu ser necessário fazer um maior investimento nas capacidades estratégicas. Sobre o plano de ação no domínio da defesa, referiu ter por fim contribuir para a resposta de defesa europeia quanto às necessidades presentes e futuras. Relacionado com este plano referiu o plano de execução sobre segurança e defesa, o qual faz parte da estratégia global, e com a implementação da declaração conjunta da União Europeia e Nato. A defesa europeia relatou, enfrenta vários desafios, nomeadamente, a ineficiência e a interoperabilidade do plano das lacunas tecnológicas, entre outros. Paralelamente houve uma diminuição dos orçamentos de defesa em toda a Europa e um desinvestimento nesta área, pondo em risco a capacidade da indústria europeia de defesa. Exemplificou a redução de quase 11% da despesa na União Europeia em matéria de defesa chegando, em termos monetários, aos 200 milhões de euros, e referiu que só quatro Estados-membros atingem o limiar da despesa imposta pela Nato, a qual é de 2% do PIB. Sobre o plano europeu apresentado pela Comissão Europeia, referiu que este tem como pilares o Fundo Europeu de Defesa, que se divide em duas janelas,

o financiamento de projetos de investigação e o desenvolvimento conjunto de capacidades de defesa e do seu financiamento agregado, sendo apoiadas por um Conselho de Coordenação; referiu o reforço do Mercado Único da Defesa, através da promoção de investimento e apoio à competitividade, sobretudo no âmbito das PME; e, o fomento da concorrência no mercado, realçando as lacunas na avaliação da Diretiva de contratos públicos no âmbito da defesa, e a existência de uma necessidade de criar mais oportunidades, promovendo a cooperação entre Estados-membros e sinergias entre setores. Sobre a opinião da Relatora, fez menção a uma alteração no parágrafo quarto, a qual, foi feita circular por todos os Senhores Deputados de forma atempada. Concluiu que deverá ser feito um acompanhamento dos desenvolvimentos futuros das medidas propostas na iniciativa descrita e outras que lhe sejam conexas, dando por concluído o escrutínio da iniciativa.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, para cumprimentar a Senhora Deputada Relatora pelo seu trabalho, e felicitá-la por ser um Relatório elaborado de forma pormenorizada. Defendeu que deve ser feito o acompanhamento desta iniciativa dada a fragilidade da União Europeia em matéria de defesa face aos EUA e à pressão por eles efetuada, sendo importante reforçar a colaboração nesta área entre Estados-membros pois o Brexit reforça a necessidade de a União Europeia apostar nesta área. Fez referência a um documento sobre área estratégica, que integra o livro branco, e será apresentado em junho, concluindo ser importante continuar a acompanhar esta matéria.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para cumprimentar a Senhora Deputada Relatora pelo trabalho desenvolvido, nomeadamente, a profundidade com que desenvolveu a Comunicação da Comissão nesta matéria, referindo não ter o Grupo Parlamentar do PCP nada a apontar. Expressou que o objeto da Comunicação, é entendido pelo seu Grupo Parlamentar, como um caminho de aprofundamento da União Europeia no âmbito da defesa e cooperação entre os Estados-membros, pelo que, o seu Grupo Parlamentar se afasta desta visão e propósitos por considerar que têm havido opções deliberadas de recrudescimento de uma Europa fortaleza. Dessa forma, demarcam-se das conclusões da Deputada Relatora, acrescentando que existe uma visão dos Grupos Parlamentares do PSD e PS sobre um mundo de insegurança que esquece as causas do problema, sendo elas decorrentes das opções políticas da União Europeia e tendo esta responsabilidades na criação dessa insegurança. Conclui,

enfatizando, a posição do seu Grupo Parlamentar em demarcar-se do conteúdo do Parecer e da iniciativa, razão pela qual se abstiveram na votação desta iniciativa.

A Senhora Deputada Relatora, interveio, agradecendo as palavras das Senhoras Deputadas, considerando natural que a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** discorde do seu Parecer e referindo que aquilo que está plasmado no Parecer é o resultado de uma política que o seu Grupo Parlamentar acompanha em termos de responsabilização dos Estados-membros numa política de defesa europeia e de reforço da cooperação entre estes. Fez referência às áreas de atuação, em complemento ao seu Relatório, enumerando a investigação, o reforço das capacidades de defesa conjunta, a interoperabilidade que conduz à economia de custos, maior eficiência e eficácia, maximização de resultados, transferência de tecnologia para outros setores, potenciação da criação de novos postos de trabalho e o desenvolvimento da base industrial. Entende que o seu Relatório expressa aquela que tem sido a postura da União Europeia nesta matéria, sendo esta, acompanhada por Portugal, por ela própria e pelo seu Grupo Parlamentar.

O Relatório foi submetido a votação, sendo aprovado com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e BE. O Grupo Parlamentar do PCP absteve-se nesta votação e o Grupo Parlamentar do CDS encontrava-se ausente no momento da votação.

O [Relatório](#) desta iniciativa pode ser consultado na sua integralidade.

No **Ponto 2.** da OD sobre a [Proposta de Resolução n.º 47| XIII| 2.ª](#) que “Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru para a Proteção, Conservação, Recuperação e Devolução de Bens Culturais, Paleontológicos, Arqueológicos, Artísticos e Históricos, Furtados, Roubados e Ilicitamente Exportados ou Transferidos”, assinado em Lisboa, em 19 de novembro de 2012, a Senhora **Deputada Relatora Domicilia Costa (BE)** fez a apresentação do seu Relatório, referindo que se abstinha de apresentar a sua opinião política sobre esta matéria, reservando-se o seu Grupo Parlamentar o poder de expressar essa opinião em discussão a ter lugar em Plenário. Quanto às conclusões apresentadas entende que a Proposta de Resolução está em condições de ser aprovada em Plenário.

A Proposta de Resolução foi submetida a votação sendo aprovada pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, encontrando-se o Grupo Parlamentar do CDS ausente no momento da votação.

No **ponto 3.** da OD sobre a [Proposta de Resolução n.º 48| XIII| 2.ª](#) que “Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da África do Sul sobre Cooperação Científica e Tecnológica”, assinado em Durban em 28 de agosto de 2015, o Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)** fez a apresentação da Proposta de Resolução.

Começou por referir que o Acordo tem por fim fortalecer e apoiar a cooperação nas áreas científica e tecnológica numa base de igualdade e benefício mútuo, sendo estabelecidas modalidades de cooperação como a mobilidade de cientistas, investigadores, de técnicos especialistas e de académicos, o intercâmbio de informação científica e tecnológica, a organização de seminários, conferências e *workshops* bilaterais científicos e tecnológicos em áreas de interesse mútuo e a conceção e implementação de programas conjuntos de investigação e desenvolvimento. Esclareceu que a cooperação nestas áreas potencia o desenvolvimento das economias e dos padrões socioeconómicos de ambos os países e promove as relações de amizade já existentes entre ambos. Fez referência ao artigo 4.º do Acordo no qual é prevista a criação de um comité conjunto composto por representantes de ambos os países que reunirá, alternadamente, na África do Sul e Portugal, e à possibilidade de participação de cientistas de países terceiros nesse comité. O Acordo vigorará por 5 anos e pode constituir um importante instrumento de aproximação entre Portugal e a África do Sul, pois neste último, reside uma comunidade portuguesa bastante expressiva e com um importante papel económico e cultural nesse país, sendo importante na aproximação dessa comunidade a Portugal. Concluiu, dizendo que este Acordo está em condições de ser votado em discussão no Plenário.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para cumprimentar o Senhor Deputado Relator, fazendo referência à realização de uma cimeira, que teve lugar na Ilha Terceira, no final dessa semana, com o objetivo de criar um centro internacional na Universidade dos Açores, tendo reunido 30 delegações, sendo uma delas, proveniente da África do Sul. Realçou o esforço do governo no desenvolvimento de acordos de âmbito científico e tecnológico, constituindo esta Acordo um importante passo na aproximação da investigação científica e tecnológica realizada em ambos os países.

A Proposta de Resolução foi submetida a votação sendo aprovada pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PCP, encontrando-se o Grupo Parlamentar do CDS ausente no momento da votação.

No **ponto 5.** da OD, o Senhor Presidente fez a distribuição, em sede de **Escrutínio de Iniciativas Europeias**, da “COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO “Elementos para uma estratégia da UE para a Síria **JOIN (2017) 11**”, dando indicação que deveria ser distribuída a um Deputado Relator do Grupo Parlamentar do PSD, sendo que, o Grupo Parlamentar do PSD deu indicação de que faria chegar o nome do Deputado Relator mais tarde.

No **ponto 6.** da OD, o Senhor Presidente fez a distribuição do “**Relatório Portugal na União Europeia – 2016**”, dando indicação que deveria ser atribuída a um Deputado Relator do Grupo Parlamentar do PS, de que o Relatório deveria ser remetido à 4 - CAE até ao próximo dia 18 de maio de 2017 e, por fim, de que o Parecer deverá ser apresentado na reunião do dia 16 de maio de 2017. O Grupo Parlamentar do PS deu indicação de que faria chegar o nome do Deputado Relator mais tarde.

No **ponto 7.** da OD, foram votadas as Atas números 75, de 29 de março de 2017, 77, de 5 de abril de 2017 e 78, de 6 de abril de 2017, e aprovadas pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e BE. O Grupo Parlamentar do PCP absteve-se nesta votação, por não ter estado presente nas reuniões referidas, e o Grupo Parlamentar do CDS encontrava-se ausente no momento da votação.

No **ponto 8.** da OD foram discutidas as datas das próximas reuniões, sendo acordados os dias 28 de abril de 2017 e 9 de maio de 2017.

Inexistindo outras questões a abordar pelos Senhores Deputados, foi terminada a ordem do dia

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado através das seguintes hiperligações:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170418_1.MP3

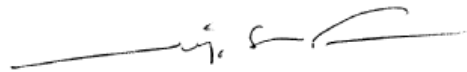
http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170418_2.MP3

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170418_3.MP3

A reunião foi encerrada pelas 17h55, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de abril de 2017,

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
Carla Cruz
Fernando Jesus
Fernando Negrão
Hugo Costa
Maria Augusta Santos
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
Paulo Neves
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 28/04/2017.